

# Poder, género e política: as mulheres na liderança da política cultural em Portugal

SARA VIDAL MAIA

CLÁUDIA RODRIGUEZ DOMINGUEZ

BELMIRA COUTINHO

**RESUMO:** O poder, enquanto discurso que circula no tecido social, define a natureza das relações de género e sua dinâmica política. Num jogo de forças em que o masculino domina todos os aspetos simbólicos da vida social e o feminino é conotado como o Outro, a mulher começa a criar espaço de resistência e ganha liderança política. Com base nesta contextualização teórica, realizamos um levantamento de dados – e posterior análise descritiva – que apresenta o panorama de liderança feminina nos principais órgãos políticos da cultura, em Portugal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder. Género. Políticas Culturais. Mulheres. Cultura.



## Power, gender and politics: women in leading positions in cultural policy in Portugal

**SARA VIDAL MAIA**

Doutorada em Estudos Culturais pelas Universidades de Aveiro e do Minho (2016). Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS-ICS), da Universidade do Minho. Trabalha em parceria com o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (POLObs).

**CLÁUDIA RODRIGUEZ DOMINGUEZ**

Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (UMinho), com investigação na área de Jornalismo de Dados. Atua como bolsista de investigação no Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (POLObs/CECS), da Universidade do Minho, em Portugal.

**BELMIRA COUTINHO**

Doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. Trabalha em parceria com o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (POLObs).

**ABSTRACT:** ABSTRACT Power, as a discourse that circulates in the social fabric, defines the nature of gender relations and their political dynamics. In a power play in which the masculine dominates all symbolic aspects of social life and the feminine is connoted as the Other, women have created a space for resistance and are gaining political leadership. Based on this theoretical context, we conducted a data survey – and subsequent descriptive analysis – which presents the panorama of female leadership in the main political bodies of culture in Portugal. **KEYWORDS:** Power. Gender. Cultural Policies. Women. Culture.

**KEYWORDS:** Power. Gender. Cultural Policies. Women. Culture.

RECEBIDO: 04/06/2021

APROVADO: 12/10/2021

## **1 Exercício do poder, gênero e política**

No contexto epistemológico dos Estudos Culturais, as relações de poder definem a natureza das relações sociais, culturais e políticas dos sujeitos. Desta forma, quando procuramos pesquisar e discutir o fenômeno político num determinado contexto, em conformidade com a cultura, a teoria do poder serve de matriz de clarificação. Ao convocarmos o conceito de poder, importa esclarecer à partida que este não deve ser entendido como “posse” (o que queremos ou possuímos), mas como algo que circula nas relações do tecido social (FOUCAULT, 2010a).

Percebemos, portanto, que a prática política envolve relações de poder, o que inclui o poder de demarcar quem é incluído ou excluído dessas mesmas relações (WOODWARD, 1997). É esta conjuntura que dá início a frequentes disputas pelo poder – cada vez mais simbólico e discursivo – entre os sujeitos. Uma destas disputas materializa-se nas questões de gênero, nomeadamente nos lugares de liderança sociopolítica.

De acordo com Cisneros (2008), o poder não só não é propriedade do sujeito, como também não é uma condição (livre ou restrita) do seu próprio desejo individual. Na realidade, há uma estrutura que o exerce e perpetua, e que pode ser um grupo, uma organização, o Estado ou toda uma sociedade. Portanto, o poder não existe por si só, mas sim nas práticas e relações que se constroem nas dinâmicas entre os sujeitos. Logo, isto vai refletir-se nas relações assimétricas entre o(s) sujeito(s) que domina(m) as ações de outro(s) sujeito(s), o que formaliza a certeza de que “a questão do *Outro* é uma questão de poder” (FUSCO, 1990, p.77).

O estudo da microfísica do poder supõe que este seja exercido segundo estratégias e técnicas de funcionamento e de manutenção. No caso das relações de gênero, isto implica que exista uma estrutura que valide e dê continuidade às dinâmicas de poder que conotam o masculino como o Eu e o feminino como o Outro (BRAIDOTTI, 2002; BEAUVOIR, 1977a, 1977b; BOURDIEU, 1999; LACAN, 1985; BUTLER, 2004). No fundo, implica a existência de um aparelho disciplinar (FOUCAULT, 2010a, 2010b) que reside na sociedade e nos próprios sujeitos, e que, no âmbito desta discussão, pode verificar-se na (reduzida) exposição de liderança política do feminino.

Transpondo a teoria do poder apresentada para a interpretação do conceito de hegemonia, proposto por Gramsci (1996), é possível analisar as dinâmicas de dominação ideológica que ocorrem entre os sujeitos com base no seu gênero, fazendo uso de mecanismos sociopolíticos. O capitalismo moderno é o marco para a institucionalização espacial, econômica e política dos papéis masculino e feminino, sendo que vários elementos contribuíram para conotar o homem com o poder, nomeadamente, a sexualidade, o simbolismo do corpo, o trabalho remunerado, a organização social (MAIA, 2021) e a política (explanada sobretudo nos cargos de liderança).

O contexto supracitado aponta que foi criado um ideal que afasta o feminino da esfera pública e dos lugares de destaque sociais, culturais e políticos, associando a mulher ao espaço privado, ao cuidar – do Outro e do lar – e ao ensino (TAYLOR, 1997). Contudo, com a entrada da mulher no mundo do trabalho remunerado e a gradual abertura à esfera pública, esta entra em situação de competitividade com o masculino, rompendo com as tradicionais noções de “espaço de gênero” (ISIN; WOOD, 1999). O feminino começa a ganhar espaço e visibilidade em ambientes outrora exclusivamente masculinos, como é o caso da prática política. Todavia, numa primeira instância, sobretudo a partir do final do século XX e na entrada para o século XXI, a mulher ocupa a posição simbólica de “poder atrás do trono”. Embora alguns autores afirmem que é uma posição perfeitamente consciente da mulher, como é o caso explícito de Chinweizu (1990), reforçamos que esta pode ser apenas a única forma de “poder” que lhe é permitida (MAIA, 2021). Não obstante esta realidade, importa salientar que onde há lugar para as relações de poder, há lugar para a resistência.

Com a introdução da hegemonia gramsciana e o desenvolvimento das noções foucaultiana e bourdieusiana de poder – que veem este como algo que flutua entre o sujeito e o outro – abre-se espaço para as relações de poder que são produzidas nos dois sentidos (do dominador para o dominado, e vice-versa), pelo que há abertura à resistência: “não há relações de poder sem resistência” (HERNÁNDEZ, 2006, p. 216). Quer isto dizer que, no campo teórico dos Estudos Culturais, assume-se que, apesar dos sujeitos não poderem escapar às relações de poder, podem modificá-las, desde que existam condições e vontade para tal. Trata-se

de estratégias de contrapoder, que batalham contra os discursos simbólicos e as práticas socioculturais impostas.

No âmbito do contexto sociopolítico, podemos então lançar um olhar para algumas formas de contrapoder (ou resistência) que se materializaram, por exemplo, com o aumento da participação do feminino na vida política e a sua efetiva entrada em cargos de liderança. Com a entrada no novo milénio, vimos crescer a preocupação em aumentar a proporção de mulheres nos parlamentos e governos nacionais, um pouco por toda a Europa, efetivada em medidas como, por exemplo, as “quotas voluntárias” dos partidos políticos<sup>1</sup> e a Lei da Paridade (Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de agosto)<sup>2</sup>, adotadas pela esmagadora maioria dos Estados-membro da União Europeia (UE), incluindo Portugal.

Como consequência destas medidas, aumentou o número de mulheres nos parlamentos e governos nacionais e nas assembleias legislativas. Em 2003, nos 27 países da União Europeia (médias ponderadas), víamos 22,6% de mulheres nos parlamentos e governos nacionais e 21,1% de mulheres nas assembleias legislativas, sendo que em 2020 a percentagem de mulheres sobe para 32,7% tanto nos parlamentos e governos nacionais como nas assembleias legislativas.<sup>3</sup> No caso de Portugal, os dados mostram que, em 2003, víamos 18,9% de mulheres nos parlamentos e governos nacionais e 20,5% de mulheres nas assembleias legislativas, sendo que em 2020 a percentagem de mulheres sobe para 38,6% nos parlamentos e governos nacionais e 39,5% nas assembleias legislativas.

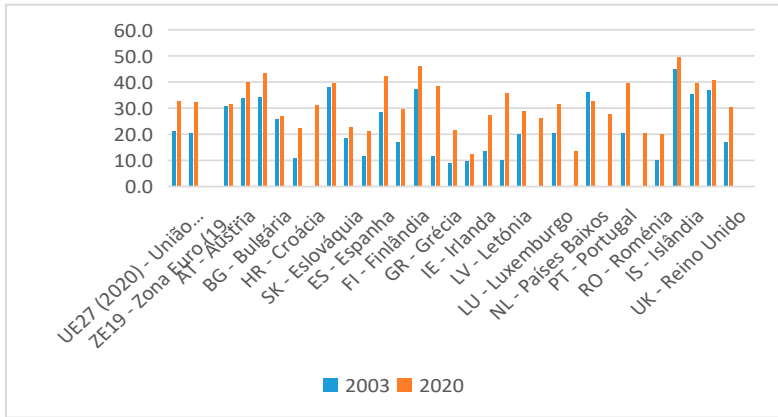
---

1 Quotas para aumentar a representação equilibrada dos géneros aplicadas a título voluntário (quotas voluntárias em partidos políticos).

2 “Estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos”, ver: <https://dre.pt/home/-/dre/540469/details/maximized>

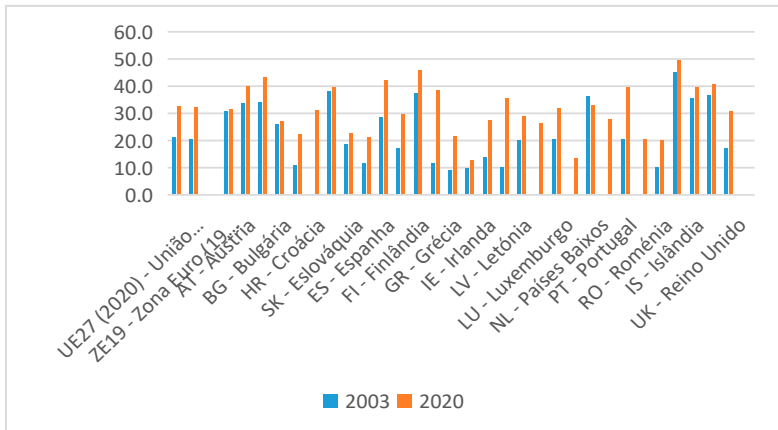
3 PORDATA, Proporção de mulheres nos parlamentos e governos nacionais. Dados obtidos a 28/05/2021 em <https://www.pordata.pt/Europa/Propor%C3%A7%C3%A3o+de+mulheres+nos+parlamentos+e+governos+nacionais-3563-5293>

**Gráfico 1 – Proporção de mulheres nos parlamentos e governos nacionais (%) – 2003/2020**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do PORDATA

**Gráfico 2 – Proporção de mulheres nas assembleias legislativas (%) – 2003/2020**



Fonte: Elaboração própria com base em dados do PORDATA

Apesar dos dados expostos serem animadores, seguindo uma linha temporal com tendência ascendente, as mulheres continuam a ter baixa representatividade. É consensual que as medidas implementadas beneficiam a representação expositiva das mulheres na política, mas não houve ainda tempo para gerarem mudanças em relação a uma representação mais expressiva no contexto das relações de poder e da tomada efetiva de decisão.

## 2 Políticas culturais e igualdade de gênero

Percebemos, até este momento, que a política é o lugar (público) das escolhas do indivíduo, mas também é um reflexo das oportunidades e opções que são socialmente atribuídas a homens, por um lado, e a mulheres, por outro. Torna-se, portanto, um lugar privilegiado para observar o exercício pelo poder e do poder. No âmbito deste estudo, procura-se focar o olhar na vertente da política cultural, visto que esta inclui no seu domínio “duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder” (COSTA, 1997, p.10). Natália Azevedo reforça esta tríade cultura-política-poder, afirmando que:

é nas políticas culturais que achamos múltiplas dimensões da relação entre a cultura (o campo cultural) e o poder (o campo político) e que traduzem os modos como os dois eixos do campo cultural (oferta/criação e procura/recepção) se articulam com as concepções ideológicas e a estrutura do próprio campo político (...) (AZEVEDO, 2003, p.203).

De acordo com Gama (2013), a Constituição Portuguesa prevê uma democratização da cultura, generalizando o acesso e a fruição cultural, bem como a participação na determinação da política cultural. Compete ao Estado português garantir condições culturais que promovam a qualidade de vida dos cidadãos, enquanto usufruem dos seus direitos culturais, mas também garantir a proteção e a valorização do património cultural. Neste sentido, importa perceber qual a organização estrutural da política cultural nacional na efetiva implementação dos referidos direitos.

Gama (2013) afirma que, em Portugal, têm existido assimetrias no que diz respeito à fruição cultural, muito por consequência de uma centralização das políticas culturais que não consegue criar um tecido cultural simétrico no território, contando ainda com a iniciativa dos municípios, que viram na cultura uma estratégia para o desenvolvimento e para criar um reflexo positivo do território:

Não obstante a importância de implementar um programa de descentralização cultural que analise holisticamente o problema e que contribua para a criação de um tecido cultural consistente e coerente, que sirva os

interesses da população portuguesa em geral e não se sirva dele como uma mera afirmação de localismos exacerbados, e que permita contribuir para a produção de um olhar para e sobre a realidade internacional sem descuidar os contextos locais, lamentavelmente em Portugal estamos longe de poder falar de um modelo avançado de descentralização (...) (GAMA, 2013, p.40).

Percebemos então que, na primeira década do século XXI, tornava-se urgente repensar as políticas culturais em Portugal (à semelhança do que estava a acontecer no espaço europeu), visto tratar-se de uma dimensão basilar para a efetivação de um plano de desenvolvimento sustentável. Todavia, contrário a esta tendência, o XIX Governo Constitucional (2011-2015), formado por coligação de Centro Direita (PPD-PSD/ CDS), extinguiu o Ministério da Cultura português, que foi retomado em 2015, pelo XXI Governo Constitucional (governo liderado pelo Centro-Esquerda com apoio parlamentar dos partidos de Esquerda), existindo até ao momento.

Portanto, vista como um processo institucional que resulta em práticas administrativas, a política cultural é construída e acionada por gabinetes oficiais dentro de órgãos e instituições do Estado. Estes gabinetes, órgãos e instituições, tutelados pelo Estado, são o núcleo do poder central no que diz respeito às políticas culturais, pelo que nos importa perceber por quem são liderados e qual o lugar da mulher nesse espectro.

Não obstante as mulheres terem representatividade no setor criativo, um pouco por todo o mundo, elas têm (ainda) uma presença residual em diversas profissões da cultura e nas posições de decisão. As Conclusões da Presidência da UE sobre igualdade de género no campo da cultura (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2020, p.3) reconhecem esta realidade, afirmando que:

apesar dos avanços alcançados até agora, e tendo em conta as diferentes situações nos Estados-membro, as mulheres ainda enfrentam muitos obstáculos em termos de, por exemplo, igualdade de acesso ao mercado de trabalho cultural e criativo, igualdade de pagamento e representação na área criativa e posições de tomada de decisão, e igual valorização e reconhecimento do seu trabalho.

De acordo com o *RelPensar as Políticas Culturais*<sup>4</sup> publicado em 2016 pela UNESCO, apesar das mulheres estarem incluídas em diversos contextos culturais, a igualdade de género não se ampliou, particularmente no processo de decisão, do qual as mulheres continuam exclusas em maior ou menor grau:

embora as mulheres estejam fortemente representadas no setor criativo na maior parte do mundo, elas ainda são pouco representadas em diversas profissões culturais e nas posições decisórias. Essa situação reduz a diversidade cultural e priva todos do livre acesso ao potencial criativo da metade feminina da comunidade artística. Muitos países já tomaram medidas visando a ampliar as oportunidades para as mulheres, e até mesmo igualar as contribuições de mulheres para a economia criativa. Entretanto, a necessidade de assegurar maior igualdade entre os géneros no setor cultural ainda não foi enfrentada de forma adequada (UNESCO, 2016, p.5).

Este relatório aponta para o facto de as mulheres continuarem pouco representadas em diversas profissões da cultura e em posições decisórias e de liderança em muitas organizações e indústrias culturais. O mesmo se aplica em cargos de decisão política no âmbito da cultura. Também se chega a esta conclusão através do estudo *Gender gaps in the Cultural and Creative Sectors [Lacunas de género nos sectores cultural e criativo]* (EUROPEAN EXPERT NETWORK ON CULTURE AND AUDIOVISUAL, 2020) financiado pela Comissão Europeia, depois do Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022 ter selecionado a igualdade de género como uma das cinco prioridades setoriais para a ação da UE. No relatório final deste projeto podemos ler que, com base em diferentes tipos de estereótipos de género, torna-se evidente que, “em média, as mulheres são de facto muito menos representadas na tomada de decisões e papéis de liderança nos setores culturais e criativos” (EUROPEAN EXPERT NETWORK ON CULTURE AND AUDIOVISUAL, 2020, p. 27).

---

4 Relatório que apresenta o trabalho de especialistas que analisaram a implementação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).



Retomando as *Conclusões da Presidência da UE sobre igualdade de género no campo da cultura* (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2020, p.4), salienta-se que os dados de género disponíveis no âmbito do sector cultural são insuficientes e que se torna urgente recolhê-los, para criar condições para uma análise de contexto fiável, de forma a contribuir para uma agenda política sustentável baseada em evidências:

os dados desagregados por género disponíveis permanecem insuficientes para compreender totalmente os desafios para alcançar a igualdade de género no setor cultural; a coleta de dados permanece uma pedra angular de qualquer agenda política sustentável baseada em evidências e é a melhor ferramenta para identificar as questões a serem abordadas, definir os objetivos e resultados a serem alcançados e registar o progresso real.

Para isso, a UE incentiva a elaboração de estudos, pesquisas, estatísticas, recolha e análise de dados com base no género, de forma a interpretar o nível de (des)igualdades no âmbito da cultura e das políticas da cultura. Só depois de se conhecer a realidade dos Estados-membro é possível promover a igualdade de género nas instituições culturais, bem como nos órgãos de tomada de decisão nos setores culturais e criativos. Os dados atualmente disponíveis sobre o assunto na U.E. (particularmente em países como França, Espanha e Irlanda) mostram, por exemplo, que as mulheres estão sub-representadas em posições de liderança e outras posições de decisão.<sup>5</sup>

Com base neste cenário, as mudanças prontamente se começaram a verificar. A Agenda 2030, com a inclusão do “ODS 5 – Alcançar a Igualdade de Género e Empoderar todas as Mulheres e Raparigas” expõe e incentiva mudanças, à escala global, no que diz respeito ao lugar da mulher na sociedade (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015). O género também atravessa as 4 dimensões temáticas e 19 dos 22 indicadores para a cultura que a UNESCO definiu em 2019 para a Agenda 2030, colocando um marco sobretudo na necessidade de aferir qual o papel do feminino na cultura, e o efetivo lugar das mulheres na produção, fruição e gestão cultural.

---

5 Ver <https://ec.europa.eu/culture/policies/selected-themes/gender-equality>

De acordo com os indicadores para a cultura (UNESCO, 2019), a terceira dimensão temática “Conhecimentos e competências” procura fornecer um enquadramento para avaliar o contributo da cultura para a construção de conhecimentos e competências, incluindo os conhecimentos locais e a diversidade cultural. Os indicadores para aqui propostos anseiam também avaliar o nível de comprometimento das autoridades públicas e instituições na incorporação e incentivo ao conhecimento cultural para promover o desenvolvimento sustentável, a valorização da diversidade cultural e a transmissão de valores culturais. Para isso, deve ser tida em conta a dimensão do género, de forma a aferir o papel de homens e mulheres nos processos de gestão, decisão e promoção da cultura.

Um dos indicadores da terceira dimensão temática “Conhecimentos e competências” é “Governança da Cultura”. Aqui, o documento propõe que o género seja tido em conta nas considerações políticas, como por exemplo na análise da proporção entre os sexos dos membros em diversos comités de gestão, na identificação se os planos e as políticas têm em consideração os interesses particulares das mulheres (apoando, por exemplo, atividades culturais de particular interesse para elas) e qual a presença de mulheres em cargos de alta direção e liderança (UNESCO, 2019).

Desta forma, com inspiração no relatório *Women in Cultural Policies [Mulheres nas políticas culturais]* (EUROPEAN INSTITUTE FOR COMPARATIVE CULTURAL RESEARCH, 1998), é importante perceber se: a) as mulheres têm acesso a posições de tomada de decisão na política cultural (questões de igualdade); b) a sua voz é ouvida, sobretudo quando têm valores e opiniões diferentes (questões de diversidade); c) o seu contributo é reconhecido (questões de reconhecimento); d) há transparência nos processos de tomada de decisão política, na produção e divulgação de informações (questões de transparência); e) os talentos individuais destas mulheres estão de acordo com os requisitos culturais e económicos do contexto (questões de produtividade).

Com este estudo pretendemos dar cumprimento a todas as recomendações supracitadas, recolhendo e analisando dados que nos permitam olhar para o sector cultural português, especificamente para o contexto da liderança da administração central

no âmbito da cultura, observando, particularmente, questões de igualdade, diversidade e produtividade.

### **3 Processo metodológico – da teoria à análise descritiva**

Este estudo enquadra-se na primeira dimensão do projeto “Presença de mulheres nos cargos de poder político, de decisão e de gestão na área da cultura em Portugal”,<sup>6</sup> conduzido pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura (PolObs), da Universidade do Minho. Neste momento, importava perceber qual a presença efetiva das mulheres em cargos de decisão política, distintamente na área da cultura, no contexto português. Na determinação deste objetivo, levantam-se algumas questões estruturais, nomeadamente: as mulheres têm acesso a posições de tomada de decisão na política cultural? Em que instituições ou gabinetes da administração central estas mulheres têm voz? Quais os perfis destas mulheres?

Mais do que apresentar o espaço cultural público através de um olhar sensível às questões de género, este artigo procura identificar dados sobre a presença efetiva do feminino e o perfil (ou perfis) destas mulheres, recorrendo à análise do tecido político-cultural nacional/central e regional, para assinalar as instâncias culturais que são dirigidas no feminino.

Para isso foi conduzido um levantamento dos detentores de cargos de liderança nos organismos públicos da área da cultura em Portugal, tanto de âmbito nacional como regional. Assim, começou-se por sistematizar informação relativa aos Ministérios e Secretarias de Estado da Cultura, desde 1999 até ao momento (cobrindo os Governos do século XXI), e às Direções Regionais de Cultura do território continental (Alentejo, Algarve, Centro e Norte), aqui desde a sua composição, em abril de 2007. De seguida, sistematizou-se informação, desde a tomada de posse do atual Governo (26 de outubro de 2019), relativamente às Direções-Gerais das Artes (DGARTES), do Património Cultural (DGPC) e do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB), e ainda ao Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), ao

---

6 Ver <http://polobs.pt/projeto/>

Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) e ao OPART, E.P.E.<sup>7</sup> (que integra o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado). Foram ainda recolhidos dados sobre a situação atual dos restantes organismos sob tutela do Ministério ou Secretaria de Estado da Cultura (a partir da lista constante em GEPAC, 2019).

Selecionados os organismos e o recorte temporal a pesquisar, a informação foi recolhida, maioritariamente: na página da internet do Governo de Portugal (que também remete para o arquivo das páginas dos executivos anteriores), através de pesquisa no Diário da República, e nas páginas na internet dos diferentes organismos sob tutela do Ministério da Cultura. Quando a informação biográfica obtida através dessas fontes era inexistente ou insuficiente, procurou-se encontrar informação de carácter oficial, dando primazia a fontes tais como as páginas da internet do Parlamento português e de instituições públicas de Ensino Superior.

Depois de recolhida a informação referida, a investigação – que combinou uma metodologia quantitativa e qualitativa – desenvolveu-se sobretudo a partir de um plano descritivo, cuja meta principal é descrever fenómenos. De acordo com Mertens (1998, p. 174), nos planos descritivos o objetivo do investigador é “retratar o que existe hoje e agora em relação a um problema ou fenómeno, por vezes mesmo descobrir relações entre fenómenos em busca de informação útil para planear uma investigação experimental posterior”. Coutinho (2019, p. 298) fortifica esta ideia, afirmando que em todos os planos descritivos o objetivo é recolher dados que permitam descrever da melhor maneira possível comportamentos, atitudes, valores e situações.

Tendo em conta este quadro metodológico e os dados levantados, optou-se por organizar os dados em quatro grandes grupos, a saber: 1) Ministério da Cultura e Secretaria de Estado da Cultura – desde 1999; 2) Direções Regionais da Cultura (DRCALG, DRCA, DRCC, DRCN) – desde 2007; 3) Direções-Gerais (DGARTES, DGPC, DLAB, GEPAC, ICA, OPART) – desde a tomada de posse do Governo atual; e 4) Outros organismos tutelados pela Secretaria de Estado da Cultura (Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Academia Nacional de Belas Artes, Academia Portuguesa da

---

7 Organismo de Produção Artística, Entidade Pública Empresarial.

História, Biblioteca Nacional de Portugal, Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, Inspeção Geral das Atividades Culturais, Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional de S. João) – desde a tomada de posse do Governo atual.

Para melhor leitura dos dados, estes foram distribuídos em tabelas com as seguintes categorias de análise: a) recorte temporal; b) nome das mulheres nos cargos de hierarquia máxima; c) habilitações académicas; d) experiência na área de ensino; e) percurso profissional em órgãos e/ou estruturas públicas até à devida nomeação nos cargos de máximo poder. A considerar o objeto deste estudo, foram excluídas as menções aos representantes do género masculino, embora tenha sido contabilizada a sua presença.

Para conduzir o pensamento teórico-prático deste estudo, foi convocada uma revisão de literatura no campo epistemológico dos Estudos Culturais, nomeadamente no âmbito das teorias de poder, do género e da política cultural. Vários autores modernos e pós-modernos foram trazidos à discussão entre o cruzamento das relações de poder, da identidade de género e do papel da política na criação de estratégias para a cultura. Com base neste pano de fundo teórico, foi ainda apresentado o cenário Europeu no que diz respeito ao lugar da mulher nos cargos de liderança cultural e criativa, concluindo-se que, pela insuficiência de dados e estatísticas sobre o assunto, há recomendações expressas da UE, da ONU e da UNESCO no sentido de colmatar esta lacuna.

#### **4 Distribuição, descrição e análise dos dados – mulheres na liderança da política cultural**

##### **4.1 Ministério da Cultura e Secretaria de Estado da Cultura**

Neste estudo, começamos por apresentar os dados numéricos relativos à distribuição por género (homens e mulheres) nos cargos de liderança do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado da Cultura<sup>8</sup> (ver tabela 1). Um olhar sobre estes dados permite perce-

---

8 Considerando que no XVI Governo Constitucional (2004-2005) a nomenclatura da Secretaria foi Secretaria de Estado dos Bens Culturais e Secretaria de Estado

ber que, desde 1999, houve 7 ministros da cultura e 6 ministras da cultura, quase igualando a representatividade de gênero. Já no caso das Secretarias de Estado da Cultura, no mesmo período temporal, houve 11 Secretários de Estado da Cultura, e apenas 6 Secretárias de Estado da Cultura.

**Tabela 1 – Representatividade de gênero no Ministério da Cultura e na Secretaria de Estado da Cultura**

Governos	Ministério da Cultura			Secretaria de Estado da Cultura		
	Homens	Mulheres	Ministras da Cultura	Homens	Mulheres	Secretárias de Estado da Cultura
XIV Governo Constitucional 1999-2002	3	0	-	2	1	Catarina Vaz Pinto
XV Governo Constitucional 2002-2004	1	0	-	1	0	-
XVI Governo Constitucional 2004-2005	0	1	Maria João Bustorff	1	1	Teresa Caeiro
XVII Governo Constitucional 2005-2009	1	1	Isabel Pires de Lima	1	1	Maria Paula Fernandes dos Santos
XVIII Governo Constitucional 2009-2011	0	1	Gabriela Canavilhas	1	0	-
XIX Governo Constitucional 2011-2015	0	0	-	2	0	-
XX Governo Constitucional a) 2015	0	1	Teresa Morais	1	0	-
XXI Governo Constitucional 2015-2019	2	1	Graça Fonseca	1	2	Isabel Botelho Leal
						Ângela Ferreira
XXII Governo Constitucional 2019- atual	0	1	Graça Fonseca	1	1	Ângela Ferreira
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>-</b>

Fonte: Elaboração própria

das Artes e Espectáculos, e que no XXI Governo Constitucional (desde 2019) é Secretaria de Estado Adjunta e do Património Cultural e Secretario de Estado do Cinema, Audiovisual e Media.

A tabela 1 apresenta também uma visão geral das mulheres na liderança do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado da Cultura, a partir do ano de 1999. Observa-se que ao longo de nove Governos Constitucionais, seis foram marcados com a presença de Ministras mulheres, a saber: Maria João Bustorff, Isabel Pires de Lima, Gabriela Canavilhas, Teresa Morais e Graça Fonseca (com dois mandatos, um deles o atual).

Em relação aos cargos de Secretária de Estado da Cultura, nota-se a presença feminina em cinco governos, a saber: Catarina Vaz Pinto, Teresa Caeiro, Maria Paula Fernandes dos Santos, Isabel Botelho Leal e Ângela Ferreira (com dois mandatos, um deles o atual).

A tabela 2 detalha o perfil das Ministras da Cultura e das Secretárias de Estado da Cultura no que respeita às habilitações literárias, à experiência na área de ensino e ao percurso no setor público. Todas as Ministras da Cultura são licenciadas, uma possui mestrado (Graça Fonseca) e duas delas obtiveram o doutoramento (Isabel Pires de Lima e Graça Fonseca). Quatro das cinco Ministras da Cultura (80%) atuaram na área do ensino, com exceção da atual Ministra da Cultura, Graça Fonseca. Todas ocuparam cargos na esfera pública anteriormente à tomada de posse como Ministras.

**Tabela 2 - Ministras da Cultura e Secretárias de Estado da Cultura, e respetivo perfil académico e público**

Governo	Ministério da Cultura	Habilitações académicas	Ensino	Cargo público anterior
XVI Governo Constitucional 2004-2005	Maria João Bustorff	Licenciada em Ciências Sociais e Políticas (Universidade Técnica de Lisboa)	Sim	Sim
XVII Governo Constitucional 2005-2009	Isabel Pires de Lima	Doutorada em Literatura Portuguesa (Universidade do Porto)	Sim	Sim
		Licenciada em Filologia Românica (Universidade do Porto)		
XVIII Governo Constitucional 2009-2011	Gabriela Canavilhas	Licenciada em Ciências Musicais (Universidade Nova de Lisboa)	Sim	Sim
		Tem o Curso Superior de Piano do Conservatório Nacional de Lisboa		
XX Governo Constitucional 2015	Teresa Morais	Mestre em Direito (Universidade de Lisboa)	Sim	Sim
		Licenciada em Direito (Universidade de Lisboa)		

<b>Governo</b>	<b>Ministério da Cultura</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo público anterior</b>
XXI Governo Constitucional 2015-2019	Graça Fonseca	Doutorada em Sociologia (ISCTE)	Não	Sim
		Mestre em Sociologia (Universidade de Coimbra)		
XXII Governo Constitucional desde 2019		Licenciada em Direito (Universidade de Lisboa)		
<b>Governo</b>	<b>Secretária de Estado da Cultura</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo Público anterior</b>
XIV Governo Constitucional 1999-2002	Catarina Vaz Pinto	Pós-graduada em Estudos Europeus, Colégio da Europa, Bruges Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (UCP)	Sim	Sim
XVI Governo Constitucional 2004-2005	Teresa Caeiro	Mestre em Direito Licenciada em Direito	Não	Sim
XVII Governo Constitucional 2005-2009	Maria Paula Fernandes dos Santos	Mestre em "Relações Comerciais Bilaterais Portugal-Espanha" (Universidade de Reading, Reino Unido). Pós-graduada em Economia Europeia (Universidade Católica Portuguesa) Licenciada em Economia (Universidade Católica Portuguesa) e em Desenvolvimento Económico (Universidade Técnica de Lisboa)	Sim	Sim
XXI Governo Constitucional 2015-2019	Isabel Botelho Leal	Mestre em Relações Internacionais (Tufts University, EUA) Licenciada pelo College of William and Mary	Sim	Sim
XXI Governo Constitucional 2015-2019	Ângela Ferreira	Pós-graduada em Direito das Autarquias Locais (Universidade de Lisboa)	Não	Sim
XXII Governo Constitucional desde 2019		Licenciada em Arquitetura de Gestão Urbanística (Universidade Técnica de Lisboa)		

Fonte: Elaboração própria

Das cinco mulheres que exerceram cargos de Secretárias de Estado da Cultura (ver tabela 2), todas possuem licenciatura, sendo uma delas duplamente licenciada (Maria Paula Fernandes dos Santos). Três das Secretárias de Estado da Cultura detêm o título de mestre (Teresa Caeiro, Maria Paula Fernandes dos Santos, Isabel Botelho Leal) e três concluíram pós-graduação (Catarina Vaz Pinto, Maria Paula Fernandes dos Santos, Ângela Ferreira). Três das cinco mulheres (60%) exerceram trabalho no setor do ensino e todas ocuparam cargos na esfera pública anteriormente à tomada de posse como Secretárias de Estado da Cultura.



## 4.2 Direções Regionais de Cultura

Desde 2007, notamos que as Direções Regionais da Cultura foram maioritariamente encabeçadas por mulheres, tanto ao nível regional, como olhando sobre uma perspetiva global: num total de 14 diretores regionais, 10 são mulheres (71,4%).

A tabela 3 apresenta as mulheres na liderança de norte a sul do país, nomeadamente nas Direções Regionais de Cultura, a partir de 2007, ano em que foram constituídos os devidos organismos. Foram analisadas a Direção Regional de Cultura do Algarve, Direção Regional de Cultura do Alentejo, Direção Regional de Cultura do Centro e Direção Regional de Cultura do Norte.

**Tabela 3 – Mulheres nas Direções Regionais da Cultura e respetivo perfil académico e público**

Período temporal	DRC Algarve	Habilitações académicas	Ensino	Cargo público anterior
2009-2013	Dália da Conceição Paulo	Mestre em História da Arte (Universidade do Algarve)	Sim	Sim
		Pós-graduada em Arqueologia Romana (Universidade de Coimbra)		
		Licenciada em História, variante de Arqueologia (Universidade de Coimbra)		
2013-2018	Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves	Doutorada em Turismo (Universidade de Évora)	Sim	Sim
		Mestre em Gestão Cultural (Universidade do Algarve e Universidade de Paris 8 e Universidade de Évora)		
		Licenciada em Marketing (Universidade do Algarve)		
2018-atual	Adriana Manuela de Mendonça Freire Nogueira	Doutorada em Literatura, na especialidade de Literatura e Cultura Clássicas (Universidade do Algarve)	Sim	Sim
		Licenciada em Línguas e Literaturas Clássicas - variante de Estudos Portugueses (Universidade de Lisboa)		
Período temporal	DRC Alentejo	Habilitações académicas	Ensino	Cargo público anterior
2009-2013	Aurora da Conceição Parreira Carapinha	Doutorada em Artes e Técnicas da Paisagem (Universidade de Évora)	Sim	Sim
		Licenciada em Arquitetura Paisagista		
2013-atual	Ana Paula Ramalho Amendoeira	Mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico (Universidade de Évora)	Sim	Sim
		Licenciada em História (Universidade de Lisboa)		

<b>Período temporal</b>	<b>DRC Centro</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo público anterior</b>
2011-2018	Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro	Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas - Inglês e Português (Universidade de Coimbra)	Sim	Sim
2019-actual	Suzana Maria Peres de Menezes	Doutorada em Estudos Culturais (Universidade de Aveiro)	Não	Sim
		Mestre em Museologia (Universidade Lusófona)		
		Licenciada em Comunicação Social (Universidade da Beira Interior)		
<b>Período temporal</b>	<b>DRC Norte</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo público anterior</b>
2007-2009	Helena Maria Gil Martins Ferreira Coutinho	Pós-graduada em Gestão Cultural	Sim	Sim
		Licenciada em Filologia Germânica		
2009-2013	Paula Araújo Pereira da Silva	Mestre em Arqueologia (Universidade do Minho)	Sim	Sim
		Pós-graduação em Concepção e Gestão do Espaço Urbano Construído (U. do Porto, Nápoles, Liège e Vallenciennes)		
		Licenciada em Arquitectura (Escola Superior de Belas-Artes do Porto)		
04/2021-actual	Laura Lucinda de Oliveira Castro	Doutorada em Arte e Design (Universidade do Porto)	Sim	Sim
		Mestre em História da Arte (Universidade Nova de Lisboa)		
		Licenciada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto		

Desde 2009, a Direção Regional de Cultura do Algarve é ocupada por mulheres, conforme indicado na tabela 3. Foram nomeadas, respetivamente, Dália da Conceição Paulo, Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves e Adriana Manuela de Mendonça Freire Nogueira. Todas as mulheres são licenciadas, uma é pós-graduada (Dália da Conceição Paulo), duas possuem mestrado (Dália da Conceição Paulo e Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves) e duas são doutoradas (Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves e Adriana Manuela de Mendonça Freire Nogueira). O perfil das diretoras regionais apresenta um traço em comum: todas desempenharam a função na área do ensino e tiveram passagem por cargos públicos anteriormente.

A tabela 3 também apresenta dados relativos à Direção Regional de Cultura do Alentejo com a posse de mulheres no cargo de diretora a partir de 2009, a saber: Aurora da Conceição Parreira

Carapinha e Ana Paula Ramalho Amendoeira. Ambas as diretoras são licenciadas, uma possui a titulação de mestre (Ana Paula Ramalho Amendoeira) e uma o grau de doutoramento (Aurora da Conceição Parreira Carapinha). A experiência profissional no setor de ensino e a passagem por cargos públicos também foi verificada em ambas as biografias.

Relativamente à Direção Regional de Cultura do Centro, vemos que a primeira nomeação de uma mulher ao cargo decorreu em 2011, com a posse de Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro (o mandato findou em 2018). Desde 2019, a cadeira de Diretora Regional de Cultura do Centro está a cargo de Suzana Maria Peres de Menezes. Ambas são licenciadas e uma possui os graus de mestre e doutora (Suzana Maria Peres de Menezes). A atividade no setor de ensino foi verificada apenas por Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro. Ambas tiveram percursos anteriores em cargos públicos.

A última parte da tabela 3 expõe as mulheres que ocuparam o cargo de Diretoras Regionais de Cultura do Norte, a partir do ano 2007: Helena Maria Gil Martins Ferreira Coutinho, Paula Araújo Pereira da Silva e Laura Lucinda de Oliveira Castro. Sem exceção, todas as mulheres atuaram como professoras e ocuparam cargo público anterior à posse.

#### 4.3 DGARTES, DGPC, DGLAB, GEPAC, ICA, OPART

Sob a tutela da Secretaria de Estado da Cultura encontram-se organismos cujas atribuições referem a coordenação e execução de políticas culturais, entre eles: Direção-Geral das Artes (DGARTES); Direção-Geral do Património Cultural (DGPC); Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas (DGLAB); Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC); Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA) e OPART, organismo que gere o Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado.

No atual Governo Constitucional, não se regista a presença de mulheres na liderança da Direção-Geral das Artes, Direção-Geral do Património Cultural, Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, e Instituto do Cinema e Audiovisual.

A tabela 4 mostra a presença de mulheres nos cargos de máximo poder nas devidas estruturas governamentais e respetivo perfil académico e público. Tanto no GEPAC quanto no OPART, as direções são ocupadas por mulheres. Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor mantém-se na direção do GEPAC desde 2013, e Maria da Conceição Alves Amaral está à frente da presidência do Conselho de Administração do OPART desde 2019. Ambas são licenciadas e uma é pós-graduada (Maria da Conceição Alves do Amaral). As duas mulheres não desempenharam funções no ensino, mas ocuparam cargos públicos anteriormente à sua atual nomeação.

**Tabela 4 – Mulheres na liderança da GEPAC e do OPART, e respetivo perfil académico e público**

<b>Estrutura</b>	<b>Direção</b>	<b>Período temporal</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo público anterior</b>
<b>GEPAC</b>	Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor	2013-atual	Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (Instituto Superior de Economia de Lisboa)	Não	Sim
<b>OPART</b>	Maria da Conceição Alves Amaral	Dez/2019-atual	Pós-Graduação em Gestão Cultural nas Cidades, (INDEG/ISCTE, Lisboa) Licenciatura em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria

#### 4.4 Outras entidades sob tutela da Secretaria de Estado da Cultura

A tabela 5 mostra os organismos liderados atualmente por mulheres no ano de 2021. Identificou-se a presença de mulheres nos seguintes organismos: Academia Nacional de Belas Artes, Academia Portuguesa da História, Biblioteca Nacional de Portugal e Teatro Nacional D. Maria II. Das quatro mulheres, três são doutoradas (Natália Correia Guedes, Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes, Maria Inês Cordeiro) e uma é mestre (Cláudia Sofia de Oliveira Belchior). Três das diretoras tiveram passagem pelo setor de ensino e todas tiveram atuação prévia junto de órgãos públicos.

Nas restantes estruturas tuteladas pela Secretaria de Estado da Cultura não há presença de mulheres nos cargos de direção, a saber: Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, Inspeção Geral das Atividades Culturais, e Teatro Nacional de S. João. Desta forma, contamos com quatro estruturas lideradas por mulheres (50%) e quatro lideradas por homens.

**Tabela 5 – Mulheres na liderança da Academia Nacional de Belas Artes, Academia Portuguesa da História, Biblioteca Nacional de Portugal e Teatro Nacional D. Maria II, e respetivo perfil académico e público**

<b>Estrutura</b>	<b>Diretor</b>	<b>Período</b>	<b>Habilitações académicas</b>	<b>Ensino</b>	<b>Cargo público anterior</b>
Academia Nacional de Belas Artes	Natália Correia Guedes	2014- atual	Doutorada em Museologia (Universidade Nova)	Sim	Sim
			Licenciada em História (Faculdade de Letras de Lisboa)		
Academia Portuguesa da História	Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes	2006- atual	Doutorada em História Moderna e Contemporânea (Universidade de Lisboa)	Sim	Sim
Biblioteca Nacional de Portugal	Maria Inês Cordeiro	2012- atual	Licenciada em História Moderna e Contemporânea (Universidade de Lisboa)	Não	Sim
			Doutorada em Ciências da Informação (Universidade de Londres)		
			Pós-graduada em Direito da Sociedade da Informação (Universidade de Lisboa/APDI)		
			Pós-graduada em Bibliotecário, Arquivista e Documentalista (Universidade de Coimbra)		
Teatro Nacional D. Maria II	Cláudia Sofia de Oliveira Belchior	2016- atual	Mestre em Field Techniques and Analytical Archaeology (University College London)	Sim	Sim
			Pós-graduada em Gestão Cultural nas Cidades (INDEG/ Business School, ISCTE)		
			Licenciada em História (Universidade Nova de Lisboa)		

Fonte: Elaboração própria

## 5 Considerações finais

Olhando para os dados recolhidos, percebemos que, desde 1999, Portugal teve 11 homens a liderarem as Secretarias de Estado da Cultura, tendo sido apenas 6 as mulheres com as mesmas funções. Olhando também para o recorte mais atual das Direções Gerais na área da cultura, percebemos que não se deteta a presença feminina. Dado este panorama, podemos afirmar que, com base no recorte teórico convocado, as mulheres têm pouca representatividade nos referidos órgãos da liderança cultural em Portugal.

Estes dados vão ao encontro de outros estudos realizados na Europa (já apresentados na revisão teórica deste artigo) e que mostram as poucas oportunidades de chefia que são dadas às mulheres nos sectores culturais e criativos. Assim sendo, podemos observar, na prática, um dos mecanismos de poder em ação, onde o grupo dominante permanece simbolicamente representado no espaço público, enquanto o grupo dominado (o feminino) ainda luta por ver reconhecida a sua igualdade de oportunidade (WOODWARD, 1997; HERNÁNDEZ, 2006; MAIA, 2021).

Contudo, este cenário inverte-se quando nos referimos ao Ministério da Cultura e a outros órgãos máximos de liderança cultural. Desde 1999, Portugal teve 7 ministros da cultura e 6 ministras da cultura, praticamente igualando a representatividade de género.

Este órgão máximo da política cultural nacional parece estar a acompanhar a tendência de outros países europeus que, gradualmente – e com base em leis e medidas de igualdade – estão a propiciar a nomeação de mulheres para a constituição de Governos.

Esta igualdade de nomeação é representada ainda nos cargos de chefia de vários órgãos tutelados pelo Ministério da Cultura, como é possível ver na análise do grupo 4. Mais, a representatividade feminina ultrapassa a masculina quando nos referimos às Direções Regionais da Cultura, onde num total de 14 diretores regionais, 10 são mulheres. O mesmo acontece quando nos referimos ao GEPAC e ao OPART, onde as direções são ocupadas por mulheres. Consideramos ainda relevante o pioneirismo da DRCN em nomear uma mulher aquando da criação do órgão, em 2007.

Verificamos aqui, fruto do destaque que o feminino tem ganho na esfera pública e das condições sociais que tem alcançado, têm

sido criadas mais oportunidades para as mulheres no sector das políticas culturais. Não só esta poder ser uma forma de “poder” que lhes é social, cultural e simbolicamente consentida, como também podemos interpretar como um reflexo de contrapoder, um lugar de resistência (BOURDIEU, 1999; HERNÁNDEZ, 2006; FOUCAULT, 2010a): as mulheres têm tantas condições para assumir estes cargos e devem ser nomeadas em pé de igualdade com os outros sujeitos.

Até aqui, percebemos que, independentemente da percentagem de mulheres que ocupam estes cargos, cumpre-se a questão da igualdade, pois verifica-se que as mulheres têm acesso a posições de tomada de decisão na política cultural. Os dados permitem também cumprir a questão da diversidade, na medida em que existem mulheres em diferentes cargos, em distintos organismos do Estado, pelo que a sua voz é ouvida.

Relativamente às restantes categorias levantadas, e que nos permitem traçar as bases de um perfil destas mulheres (num total de 26 nomes apontados, percebemos que todas têm formação superior, sendo que, inclusivamente, 10 são pós-graduadas, 12 têm mestrado e 10 têm doutoramento. Claramente, estas mulheres são formadas em várias áreas, nomeadamente aquelas afetas à cultura e às artes, e no cruzamento com a ciência política (como, por exemplo, história, gestão, gestão cultural, direito, arte, arquitetura, línguas, Estudos Culturais, património, comunicação, etc.). Para além disso, importa referir que, das 26 mulheres nomeadas, todas ocuparam cargos públicos antes de assumirem estes lugares de liderança política.

Os dados analisados no parágrafo anterior permitem fechar a questão da produtividade, pois comprovam que a variedade de perfis académicos e talentos individuais, aliados à formação em áreas de convergência com os sectores cultural e político e à experiência em cargos públicos, concorrem para aprimorar as condições dos seus mandatos, tornando-os mais produtivos.

Todavia, não podemos deixar passar o facto de que das 26 mulheres, 19 estiveram envolvidas com o ensino, algures na sua carreira, antes de serem nomeadas para estes cargos de liderança. Talvez aqui compreendamos quando a teoria nos remete

constantemente para o lugar simbólico da mulher na esfera privada, no cuidar e no ensino (TAYLOR, 1997), funções tradicionalmente afetas ao feminino.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Natália. Políticas culturais à escala metropolitana: notas de uma pesquisa sobre a Área Metropolitana do Porto. **Sociologia**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, vol.13, p. 201-210, 2003. Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2483>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe**: L'expérience vécue, vol.2. Paris: Éditions Gallimard, 1977b. (Col. Idées)

BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe**: Les faits et les mythes, vol.1. Paris: Éditions Gallimard, 1977a. (Col. Idées)

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

BRAIDOTTI, Rosi. **Metamorphoses**: Towards a Materialist Theory of Becoming. Cambridge/Malden: Polity Press, 2002.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. Nova Iorque: Routledge, 2004. (Col. Gender studies, Philosophy)

CHINWEIZU, Ibekwe. **Anatomy of Female Power**: A Masculinist Dissection of Matriarchy. Lagos: Pero Press, 1990.

CISNEROS, Raul. Qué es el poder? **Administración Contemporánea**: Revista de Investigación, [S. I.], v.1, n.º 8, p. 1-16, jan. 2008.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Presidency conclusions on gender equality in the field of culture**. Bruxelas, 2020. Disponível em: <<https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-13097-2020-INIT/en/pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

COSTA, António Firmino da. Políticas Culturais: conceitos e perspectivas. **Boletim do Observatório das Atividades Culturais**, Lisboa, nº2, p. 10-14, 1997.

COUTINHO, Clara Pereira. **Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas**: teoria e prática. Coimbra: Almedina, 2019.

EUROPEAN EXPERT NETWORK ON CULTURE AND AUDIOVISUAL (EENCA). **Gender gaps in the Cultural and Creative Sectors**: relatório final. [Bruxelas], 2020. Disponível em: <<https://eenca.com/eenca/assets/File/EENCA%20publications/Final%20Report%20-%20Gender%20in%20CCS%20EAC%20with%20Additional%20sections%20AV%20and%20Radio.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

EUROPEAN INSTITUTE FOR COMPARATIVE CULTURAL RESEARCH



(ERICarts). **Women in Cultural Policies**. Bona, 1998. Disponível em: <[https://www.ericarts-institute.org/web/files/135/en/women\\_and\\_cultural\\_policies\\_englishreport.pdf](https://www.ericarts-institute.org/web/files/135/en/women_and_cultural_policies_englishreport.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Com organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2010a.v

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 38ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010b.

FUSCO, Coco. Managing the Other. **Lusitania: A Journal of Reflection and Oceanography**, [S. l.], v. 1, nº 7, p. 77-84, 1990.

GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS (GEPAC). **Organismos sob a Tutela do Secretário de Estado da Cultura**. [S.l.], [2019?]. Disponível em: <<http://www.gepac.gov.pt/organismos-mc.aspx>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

GAMA, Manuel. **Políticas culturais**: um olhar transversal pela janela-eocrã de Serralves. 2013, 451f. Tese (Doutoramento em Estudos Culturais) – Instituto de Ciências Sociais, Programa Doutoral em Estudos Culturais, Universidade do Minho, Braga, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/35473>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. (Col. Perspetivas do homem, 13)

HERNÁNDEZ, María Isabel. Poder e Discurso. **Mañongo**, [S. l.], nº 26, p. 215-233, 2006.

ISIN, Engin. e; WOOD, Patricia. **Citizenship and Identity**. Londres: Sage, 1999.

LACAN, Jacques. **Feminine sexuality**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1985.

MAIA, Sara Vidal. **Relações de poder e identidade(s) de género: A sociedade “matriarcal” de Ílhavo na década de 1950**. Coimbra: Grácio Editor, 2021. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10773/30846>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MERTENS, Donna. **Research methods in Education and Psychology: Integrating diversity with quantitative & qualitative approaches**. Londres: Sage Publications, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Setor de Cultura da Representação da UNESCO no Brasil. **RelPensar as Políticas Culturais**: Resumo do Relatório Global da Convenção de 2005. Tradução de Patrícia Zimbres. Paris, 2016. Disponível em: <[https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/gmr-portuguese\\_summary.pdf](https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/gmr-portuguese_summary.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Culture 2030 Indicators**: Thematic Indicators

SARA VIDAL MAIA  
CLÁUDIA RODRIGUEZ DOMINGUEZ  
BELMIRA COUTINHO

for Culture in the 2030 Agenda. Paris, 2020. Disponível em: <<http://polobs.pt/wp-content/uploads/2021/02/Culture-Indicators-2030-Unesco-2019.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. **Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.], 2015. Disponível em: < <http://polobs.pt/wp-content/uploads/2021/02/Agenda-2030.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

TAYLOR, Paul. **Investigating Culture and Identity**. Londres: Colins Educational, 1997.

WOODWARD, Kathryn (Ed.). **Identity and Difference**. Londres: Sage, 1997. (Col. Culture, Media and Identities).